



A enunciação da cidade: práticas discursivas sobre a São Paulo do início do século XX
The city enunciation: discourse practices about São Paulo at the beginning of XX century

André Luiz Joanilho*
Mariângela Peccioli Galli Joanilho**

Resumo

O estabelecimento do espaço urbano da cidade de São Paulo no início do século XX instaura a abertura de um amplo campo de estudos para a compreensão das práticas discursivas que se estabeleceram sobre a cidade no momento em que ela própria se constituía. Com a expansão física da cidade, foi possível estabelecer instituições novas: o Instituto Pasteur, o Instituto Vacinogênico, o Instituto Bacteriológico, a Faculdade de Medicina e Cirurgia, a Escola Normal, para citar algumas. Estas instituições promoveram o ideário cientificista e passaram a atuar no sentido de estabelecer práticas ligadas aos ideais higiênicos da época, como também, estimularam as discussões sobre o sujeito brasileiro, e instilaram ideias nacionalistas através de intensa propaganda. Permitiram um campo de atuação para a elite educada na cidade, fechando, de certa maneira, o circuito fazendeiros/educação/atividades urbanas. O ideário cientificista e a educação formal passaram a fazer parte das marcas de distinção de classe do lado da elite, que, pelo menos para parte dela, encontrou nas instituições urbanas um campo de atuação nas suas atividades além da política. O trabalho, a moral, a higiene, as habitações, o nacionalismo, a educação, passam a ser temas dessa elite cientificista. Neste sentido, a capital paulista, se torna o campo privilegiado para a aplicação de práticas discursivas que visam o controle e a conformação dos indivíduos. Estas práticas, por sua vez, constituem-se de enunciados que têm origem em locais diversos e se correlacionam (biologia, educação, nacionalismo, etc.).

Palavras-chave: Práticas discursivas; discurso; cidade; urbanismo

Abstract

The establishment of the urban space of *São Paulo* at the beginning of XX century restores the opening of a great field of studies for the understanding of discourse practices that were established about the city at the same moment which it was built. With the physical expansion of the city, it was possible to establish new

* Professor Associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutor em História - UNESP (1996).

** Professora Adjunto e Chefe do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Endereço da UEL: Universidade Estadual de Londrina - Campus Universitário - Cx. Postal 6001 - CEP 86051-990 - Londrina-PR Fone: (43) 3371 4000 Fax: (43) 3328 4440

institutions: the Pasteur Institute, the Vaccines Institute, the Bacteriological Institute, the College of Medicine and Surgery, the Normal School, to cite some of them. These institutions had promoted the scientific ideas and had started to act in the direction to establish practical on the hygienic ideals of the time, as well as, had stimulated the quarrels on the Brazilian and establish nationalistic ideas through intense propaganda. They had allowed a field of performance for the elite educated in the city, closing, in certain way, the circuit farmers/education/urban activities. The scientific ideas and the formal education had got to be part of the class marks distinction of the elite, which, at least for part of it, found in the urban institutions a performance field in its activities beyond the politics. In this sense, the city is the privileged field for application of these ideals and subjects. São Paulo becomes the privileged field for the application of discourse practices that aim at the control and the conformation of the individuals. These practices consists of enunciated that have origin in several places that are correlated (biology, education, nationalism, etc.).

Keywords: Discourse practices; discourse; city; city planning

URBIS ET ORBIS - A ILUSÃO URBANA

A constituição do espaço urbano da cidade de São Paulo obedeceu a uma única lógica: não ter lógica. O crescimento da cidade se deveu à febre especulativa e o planejamento foi feito com base na lei do acaso. Mas esse processo não foi exclusivo de São Paulo. Em todas as cidades que tiveram o seu crescimento devido à industrialização, o processo de urbanização teve as mesmas características: crescimento desordenado e excludente, ou seja, a disseminação aleatória da malha urbana e, conseqüentemente, a segregação de grande parte da população.

A rápida industrialização de São Paulo, no entanto, caracterizou-se pela destruição dos antigos laços sociais e, com efeito:

mais uma vez defrontamos, não com a iniquidade da cidade moderna, mas com a falta de um esquema de referências intrínseco, de uma 'perspectiva urbana' singular e integrada a que se referissem para censura ou para aprovação os padrões de comportamento, morais ou imorais. Em numerosos planos da vida da cidade vimos os efeitos anticomunais dessa libertação da tradição (MORSE, 1970: 268).

Isso não significa que antes era melhor e o capitalismo veio destruir o passado e o que havia de bom. No entanto, a destruição dos laços de sociabilidade constituídos historicamente não foi seguida da construção de outros. Tal fato é decisivamente marcado pela imigração em massa, e o

repentino afluxo de imigrantes rurais para as cidades latino-americanas gera sociedades urbanas híbridas ou heterogêneas, fato

este que levou os cientistas sociais a questionarem a validade das dicotomias simplistas entre comunidades isoladas e integradas e a vida secularizada e individualizadora da cidade. Entretanto, se em nossa história de São Paulo nos detivermos face à metrópole que brotava em 1890 e a compararmos com a cidade agrária de 1820, encontraremos confirmada uma progressão linear no sentido da ‘desintegração’ social. Ainda mais, mesmo um olhar apressado na cidade do século XX sugere que a tendência não se reverteu nem se enfraqueceu, que a vida está permeada, mais que nunca, por relações transitórias, parciais, individualizada; pela urgência neurótica de poder, prestígio e riqueza. (MORSE:274).

Esta tendência notada por Richard Morse é acompanhada, desde finais do século XIX, pelos discursos a respeito da modernidade e do progresso. A indústria, o trânsito intenso de carros e pessoas, os prédios, as avenidas, as instituições culturais, associativas e econômicas, a ferrovia são sinais evidentes de que a cidade se modernizava, criando a ilusão cosmopolita que a metrópole poderia oferecer. No entanto, esta oferta tinha o seu preço, que era justamente o contrário do que se oferecia: o isolamento na metrópole.

As relações que se estabelecem na cidade tornam-se “esquizofrênicas”, já que não há uma ordem prévia transmitida tradicionalmente. A profusão de linguagens, antes de ser o sinal da Cosmópolis, é o sinal da impossibilidade de comunicação, já que ela marca a tendência de isolamento dos grupos sociais específicos em guetos.

Desta forma:

tais aglomerações urbanas podiam expandir-se e de fato expandiam-se cem vezes, sem adquirir mais que vestígios das instituições que caracterizam uma cidade, no sentido sociológico - isto é, um lugar no qual a herança social encontra-se concentrada, e onde as possibilidades de continuado intercurso e interação social elevam a um nível potencial mais alto as atividades dos homens (MUNFORD, 1961: 172).

À parte as saudades do autor das pequenas vilas rurais, ele nota que o processo de urbanização do século XIX foi feito com base na industrialização e no deslocamento massivo de populações.

A garantia de suprimentos permitiu o crescimento espetacular das cidades durante o século XIX. O seu modelo era logístico, o mesmo que serviu para os grandes deslocamentos

de tropas como o exército napoleônico. Isso provoca profundas alterações nas relações entre a cidade e o campo. A primeira acaba por levar ao segundo as suas relações de produção, ou melhor, o aceleração da produção, como vimos acima, sendo que através dessas relações “*mostrou-se que a cidade, projetando sua sombra pelo interior, contribuía para perturbar a anatomia ecológica de uma vasta região agrícola*” (MORSE: 268). Isso não quer dizer que a pureza do campo foi maculada pela vileza da cidade, e sim que a produção agrícola se volta exclusivamente para os centros urbanos, ditando-se o que, o como, o quando e o quanto produzir.

Tendo como modelo a guerra, tudo na cidade passa a ser superlativo. Prédios, fábricas, produção, alimentos, água, esgoto, energia, pessoas. Assim:

os homens construíam às pressas e mal tinham tempo para arrepender-se de seus erros, antes de porem abaixo as estruturas originais e construir de novo, com a mesma desatenção. Os recém-chegados, fossem bebes ou imigrantes, não podiam esperar moradas novas: amontoavam-se onde quer que houvesse lugar. Foi um período de vasta improvisação urbana: o provisório amontoava-se sobre o provisório (MUNFORD: 157).

São Paulo, desde as reformas de 1870, é provisória. A cada dia a capital renascia dos seus escombros. O seu caráter da não permanência foi notado por muitos que a visitavam:

o que a destacava profundamente das demais cidades do interior e a tornava objeto de justo orgulho dos paulistas era o fato de possuir, já naquela época, um bom número de melhoramentos, fruto tanto da energia oficial como do esforço dos particulares: casas assobradadas de um e dois andares, os primeiros degraus dos futuros arranha-céus; ruas e casas com iluminação a gás; bondes a tração animal; carros de praça e particulares, de vários formatos e tamanhos [...], etc. (BRUNO, 1981: 110).

Como exemplo, temos o vale do Anhangabaú, a sua transformação nos anos dez em parque foi completamente desfigurada nos anos 30, quando:

a falta de transportes, a angustiante deficiência dos serviços de telefones e correios desestimulou a criação de centros alternativos

para expansão do centro comercial. Dessa forma, um a um, os belos edifícios da metrópole do café foram demolidos para ceder lugar a edifícios onde houvesse maior aproveitamento do solo. Em São Paulo, construía-se ‘em cima’ em vez de se construir ‘ao lado’ (TOLEDO DE LIMA, 1983: 105).

A despeito do saudosismo do autor, a capital se fazia sobre terra arrasada, gerando anedotas como a registrada por Jorge Americano:

“- Esta Prefeitura não prevê o futuro.
- Como não? Veja só a arborização das ruas.
- Umás árvores que derrubam fôlhas sêcas durante grande parte do ano.
- E a magnólia amarelinha, da Rua Aurora?
- Aquilo tem uma semente viscosa, em que se escorrega. É uma fábrica de quebrar costelas.
- O que é que você queria?
- Eu queria que previssem o futuro. Faria uma lei que obrigasse as construções do centro a 20 andares. Derrubava todos os prédios entre a Rua 15 de Novembro e a Rua do Comércio (Álvares Penteado) e fazia uma rua larga, de cem metros de largura. Derrubava tudo entre a Rua Direita e a Benjamin Constant, e ficava com outra rua larga. Derrubava os quarteirões entre a Rua de São Bento e a Líbero Badaró, e ficava uma terceira rua larga. Tomava a Rua de São João, com oito metros de largura, e desapropriava tudo, fazendo uma avenida de 60 metros de largura.
- (Não adianta conversar com êle. Quando se entusiasma pelo progresso, enlouquece)” (AMERICANO: 103).

É claro que o anedótico dessa passagem está no fato de simplesmente o interlocutor desejar derrubar o triângulo central inteirinho, da Praça da Sé ao Vale do Anhangabaú.

Os cronistas não deixam de relatar o orgulho relacionado com o rápido progresso da cidade, prova de que se civilizava a cidade e, conseqüentemente, o país. No final do século XIX, destaca-se sempre o aspecto moderno da cidade. O comércio, as indústrias e as incipientes instituições culturais eram motivo de orgulho da capital e sempre nota de destaque para os viajantes. Para muitos ela crescia, ganhava vida, enfim, virava metrópole. Assim, aos olhos de muitos que chegavam à capital “*o aspecto da cidade não é feio, sente-*

se nella a vida e a animação das grandes cidades européas” (MOREIRA PINTO, 1979: 24). Sonhos de progresso e europeização da cidade:

Do viaduto do Chá viam-se os bairros industriais do Bom Retiro e Luz. Do pátio em frente à Igreja do Carmo na esquina da rua com a Ladeira do Carmo, via-se todo o restante, Brás e Mooca. [...] os quatro bairros industriais (Bom Retiro, Luz, Brás e Mooca) continham toda a indústria paulista: Tecidos de juta para sacaria, e tecidos de algodãozinho; serrarias e fábricas de móveis; refinações de açúcar; torrações de café; fábricas de botões de ossos, fábricas de telhas, olaria e cerâmica; louças de mesa chamadas de ‘pó de pedra’. Indústrias rudimentares, de couros, e mais algumas coisas.

Seriam trinta ou quarenta chaminés, de fumaça negra de coque da Inglaterra (ainda não havia eletricidade em São Paulo).

Os paulistas falavam disso orgulhosamente.

‘Manchester brasileira!’ (AMERICANO, 1957: 104).

No entanto, este progresso, gerado pela rápida industrialização e a destruição do espaço tradicional da cidade, implicou uma inconstância ou uma instabilidade vivida como condição metropolitana. Logo, a memória em São Paulo se torna esquecimento. Esquecimento por consumo: a cidade é feita para ser consumida. Prédios, praças, ruas surgem e desaparecem ao sabor do acaso especulativo e do não planejamento urbano. A capital, dentro da economia capitalista, ganha um caráter de não permanência. Enquanto que a cidade colonial poderia ser facilmente reconhecida pela sua teia de relações, tanto físicas como sociais, a nova cidade torna-se um campo vazio pelo não reconhecimento, a não ser sentimental, isto é, a relação com o espaço urbano passa a ser subjetiva e abstrata, já que a própria cidade é feita de relações provisórias e não permanentes.

A cidade tradicional perde espaço para a metrópole industrial. Assim:

depois de 1879 acentuou-se a tendência que se esboçara no período anterior da existência da cidade: o das manifestações religiosas perderem qualquer coisa da importância de que se revestiam na era colonial [...]. As procissões, mais particularmente, perderam muito de seu esplendor de outros tempos e do interesse que despertavam. Modificações de toda a espécie se fizeram nas mais importantes delas [...]. No começo do século atual chegaram a desaparecer algumas festas religiosas também tradicionais, cujo aspecto talvez

muito provinciano se chocasse com a feição cosmopolita que a cidade foi tomando (S. BRUNO, 1954: 1.215).

Estas modificações podem ser traduzidas pela febre reformista que tomou conta das administrações do município, principalmente nas mãos do prefeito João Teodoro:

Durante a sua administração gastou-se no embelezamento da Capital uma quantia aproximadamente igual à metade do orçamento anual da Província - índice bem evidente da mentalidade urbana (ou psicologia de Versalhes) que prevalecia, e um incentivo a mais para os fazendeiros ricos se transferirem para a Capital. Muitas ruas novas foram abertas, algumas em zonas novas e outras ligando bairros já existentes”, sendo que “uma pista inequívoca aparece no fato de que por volta de 1870 as leis municipais não definem mais a cidade como se estendendo ao longo das estradas principais até certas chácaras, mas a circunscrevem como uma linha artificial, os ‘limites da cidade’. Uma utilização mais completa das estatísticas econômicas e demográficas, muito frequentes nessa época, daria ainda maior ênfase ao ‘triunfo do abstrato sobre o corpóreo’ (MORSE: 244 e 254).

A cada dia, a capital renascia dos seus escombros. Desde 1870, um ciclo alucinante de demolições e construções se instalou. O seu caráter de não permanência foi notado por muitos que visitavam a cidade:

o que a destacava profundamente das demais cidades do interior e a tornava objeto de justo orgulho dos paulistas era o fato de possuir, já naquela época, um bom número de melhoramentos, fruto tanto da energia oficial como do esforço dos particulares: casas assobradadas de um e dois andares, os primeiros degraus dos futuros arranha-céus; ruas e casas com iluminação a gás; bondes a tração animal; carros de praça e particulares, de vários formatos e tamanhos [...], etc. (S. BRUNO, 1981: 110).

Porém, o que significaram todas essas mudanças? Neste aspecto, pode-se salientar o caráter desse processo, e tal como o processo produtivo que visa à ampliação do consumo, a própria arquitetura é feita para ser consumida e também para ser modificada. Poderíamos, utilizando a expressão de Hannah Arendt (1983), chamar esse processo de consumo como

metabólico. Na sua distinção entre fabricar e laborar a autora nos coloca o caráter da permanência – objeto fabricado para permanecer, sendo não “natural”, isto é, não se encontra na natureza – e de não permanência – o ato de laborar para manter a própria existência.

A economia política provoca profundas mudanças nas sociedades contemporâneas. Por exemplo, as tarefas consideradas de caráter doméstico, isto é, que se ligam à esfera privativa – comer, se proteger, reproduzir – passaram a ser de importância pública, enquanto:

a atividade do labor, embora sempre relacionada com o processo vital em seu sentido mais elementar e biológico, permaneceu estacionária durante milhares de anos, prisioneira da eterna recorrência do processo vital a que se refere. A promoção do labor à estatura de coisa pública, longe de eliminar o seu caráter de processo [...] liberou, ao contrário, esse processo de sua recorrência circular e monótona e transformou-o em rápida evolução, cujos resultados, em poucos séculos, alteraram inteiramente todo o mundo habitado [...]. A esfera social, na qual o processo da vida estabeleceu o seu próprio domínio público, desencadeou um crescimento artificial, por assim dizer, do natural (ARENDR, 1983: 56).

Sendo assim, a memória do processo vital, ou metabólico se restringe à memória biológica, ou melhor, fisiológica, tanto que:

ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força não se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais de um processo vital, mas nunca ‘produz’ outra coisa senão ‘vida’ (Arendt: 99).

A própria cidade passa a ser lugar da memória biológica. Temos dificuldades para lembrarmos o que consumimos ontem, assim o é para o uso dos equipamentos urbanos, recordamo-nos deles quando se nos apresentam como obstáculos ao nosso deslocamento,

ou melhor, obstáculo para alcançarmos o nosso objetivo que é nos manter vivos. Consumimos a cidade e ela deve se renovar para que possamos consumi-la mais.

A idéia de um processo vital em torno das megalópolis relaciona-se com os ideais higiênicos: limpeza, intervenção, prevenção, criando uma cidade moralizada, apta a atender os anseios de trabalho e virtude biológica.

A cidade de São Paulo se prestava a experiências do tipo, já que a sua constituição era recente. O avanço urbano se faz sob o ciclo do café, portanto, os antigos laços sociais são refeitos. Urbanização tardia, imigração, mão-de-obra especializada estrangeira, primeiros industriais, cafeicultores educados na Europa, formam um quadro novo da cidade que agora não é mais reconhecida pelos seus antigos habitantes. No Rio, a elite se reciclara (cf. NEEDLE: 1993), em São Paulo ela teve que se formar, pois, mesmo a fortuna cafeeira representava apenas a ascensão de novos ricos para as famílias tradicionais do Império. A educação, as viagens proporcionaram para os fazendeiros a oportunidade de “civilizarem”, somando-se a estes outros recém-chegados.

Com a expansão física da cidade, foi possível estabelecer instituições novas: Instituto Pasteur, Instituto Vacinogênico, Instituto Bacteriológico, Faculdade de Medicina e Cirurgia, Escola Normal, para citar algumas. Essas instituições promoveram o ideário cientificista e passaram a atuar no sentido de estabelecer práticas ligadas aos ideais higiênicos da época, como também estimularam as discussões sobre o brasileiro, sobre os indivíduos e instilaram idéias nacionalistas através de intensa propaganda, como vimos. Também permitiram um campo de atuação para a elite educada na cidade, fechando, de certa maneira, o circuito fazendeiros/educação/atividades urbanas.

O ideário cientificista e a educação formal passaram a fazer parte das marcas de distinção de classe do lado da elite, e que agora, pelo menos parte dela, encontrou nas instituições urbanas um campo de atuação na suas atividades para além da política. Assim, ela pode se arrogar o direito de intervir junto à população que deve ser formada dentro desses ideais. Anuncia-se, primeiro, a superação da distância entre o fato e o direito através do branqueamento racial preconizado pela elite no período. Em seguida, anuncia-se a possibilidade dessa superação ao se formar o indivíduo nas instituições do Estado (escolas, quartéis, penitenciárias etc.), alcançando, ou melhor, com a pretensão de se alcançar a igualdade jurídica e política.

O trabalho, a moral, a higiene, as habitações, o nacionalismo, a educação, passam a ser temas dessa elite cientificista. Logo, a cidade passa a ser o campo privilegiado para aplicação desses ideais e temas. A cidade criada quase como um processo metabólico, se consome nesses ideais. Caótica pela especulação, deve ser profundamente transformada pelos ideais de pureza, de higiene, sendo o local propício para a ação individual, marcada por uma concepção muito clara: os indivíduos devem ser construídos como a própria cidade. Nesse sentido, a cidade é vista como um ser biológico em dois aspectos: no seu consumo pela própria transformação e nos ideais higienistas.

A CIDADE LIMPA

Dessa cidade provisória que foi São Paulo, algumas marcas ficaram indelévels durante vários anos. Uma delas é o sentido de modernidade que a metrópole industrial assumia pelo seu vertiginoso crescimento. A necessidade de reler o passado sob esta ótica fez com que o mito do industrialismo e operosidade dos paulistanos passassem a fazer parte do “espírito” paulistano (FERRAZ DE LIMA e/ou, 1993: 165).

Entretanto, esse “espírito” industrioso, moderno, que muitas vezes serviu de contraposição ao carioca (folgazão, malandro, malemolente), indica uma frustração com relação à posição geográfica e política da capital paulista e que, na realidade, coadunava com as formulações acerca do indivíduo promovidas pela elite letrada da cidade.

No debate que se seguiu após o governo do Estado homenagear os doutores Adolfo Lutz, Emilio Ribas e Pereira Barreto, pelas experiências feitas sobre a transmissão da febre amarela, no Hospital do Isolamento, em 12 de outubro de 1903, além da discussão sobre o vetor da doença, questionada longamente pelos doutores Arthur Mendonça e, principalmente, Nuno Andrade, este ex-diretor do Serviço de Saúde Pública, o Dr. Pereira Barreto aproveitou para se opor ao digno médico carioca, o Dr. Nuno. Enfrentando o vetusto higienista do Rio de Janeiro, Pereira Barreto lança mão da ironia para um debate que se arrasta até o fim do ano de 1903 nas páginas *d'O Estado de São Paulo*, discutindo filosofia e ciência, ficando em segundo plano a discussão sobre a forma de transmissão da

febre amarela. Mas o que nos interessa dessa verdadeira esgrima retórica, é como Pereira Barreto apresenta o paulista ao médico carioca em face do tipo de debate:

o bestunto paulista [...] chama a este especimen de subtil dissecção casuistica, operada pelo colega: um quebra-pescoço. É inutil pedir-lhe um esforço de interpretação; elle vira as costas e manda resolutamente para o diabo todos os compendios e mestre de philosophia, que se divertem em pôr-lhe os miolos a arder.

E, o que é mais grave, em prejuizo do prestigio da toga, elle vae á casa do primeiro vizinho, um ferreiro, e delle aprende que uma ferradura, confeccionada sobre a bigorna, enquanto o ferro está quente, será eternamente ferro, porque veio do ferro, e que este producto artistico do ferro é o melhor sapato para quem de direito. Se o ferreiro lhe dissesse, pelo contrario: esta ferradura de ferro, que eu fiz de ferro, não é producto do ferro, mas sim do cobre, que não existe em minha casa... o nosso paulista mostraria, com certeza, o caminho do Juquery.

É sempre prudente falar o patuá com quem não entretêm relações com o Parnaso.

O matuto paulista é superlativamente desconfiado. Habitado á grande luz do sol, exige lucidez em tudo, no pensamento como nos actos. Desconfia particularmente das coisas e dos homens do Rio: tudo quanto dalli vem cheira-lhe a peste ou capoeira [...].

O nosso matuto só encontra guarida e retemperamento moral na linguagem clara e precisa (Pereira Barreto, *O Estado de São Paulo*, 04/12/1903).

É claro que Pereira Barreto é o matuto, mas não deixa de apresentar alguns elementos que caracterizariam o paulista, ou melhor, o tornariam específico, pela sua tradição, pela sua formação racial, para uns durante um período, e devido à sua educação e passado eugênico, para outros no período seguinte. Assim, Alberto Sales, justificando as especificidades dos habitantes das terras paulista, como vimos anteriormente, coloca claramente que

é a influência biológica da raça que, modificada de mil modos pelas circunstâncias exteriores, pelas condições de adaptação, pela seleção e pelo cruzamento, se faz sentir com toda a força de desagregação espontânea e traduz-se praticamente na constituição de novas nacionalidades [...]. A nossa população, não obstante a comunidade

de origem que a liga a de outras províncias do império, afasta-se e distancia-se de muitas, por caracteres étnicos secundários, cuja importância e energia não podem ser desprezadas.

Os colonos, povoadores da capitania de São Vicente, eram muito superiores, pela sua cultura moral e pela sua genealogia, aos outros que eram mandados pelo governo português para as províncias do norte (SALES, 1983: 102).

A visão de Alberto Sales, revestida das idéias raciais, dos indivíduos portadores de tendências, dá o tom do sentimento que se alastra com o crescimento da cidade: São Paulo é diferente porque sua história é diferente. Dentro desse aspecto, mas já se ligando à idéia de que o indivíduo é passível de ser formado, Affonso de Escrangnole Taunay, como diretor do Museu Paulista, organiza, a partir de 1917, exposições iconográficas da cidade, e

nessa construção histórica, a cidade atual (anos dez) surge como a resultante inelutável de uma conquista territorial, projetando assim, um discurso que procura legitimar o poder político e econômico exercido pelas elites oligárquicas do café em São Paulo, justificado pelo ‘natural’ espírito empreendedor do paulista” e “a cidade arcaica de Taunay não se apresenta como um modelo ideologicamente oposto à nova ordem, mas como o momento anterior à sua metamorfose em cidade industrial. O que merece ser destacado é uma visão apaziguada da sociedade, em evolução contínua, ser percalços sociais, logo, em contraposição a visões de ruptura, mesmo que afrouxadas pelas expectativas de mudanças (FERRAZ DE LIMA e/ou, 1993: 163-4).

Essas duas visões de passado comum, a despeito de suas diferenças enunciativas, colocam um contínuo na história, correlato de uma visão legitimadora do presente. Assim, os anseios de limpeza, higienização, industrialização, educação, são os efeitos das noções de progresso e modernização pelos quais a sociedade deve passar, no caso, a cidade de São Paulo, marcando a sua especificidade com relação ao resto do país.

Neste sentido, a capital paulista, se torna o campo privilegiado para a aplicação de práticas discursivas que visam o controle e a conformação dos indivíduos. Estas práticas, por sua vez, constituem-se de enunciados que têm origem em locais diversos e se correlacionam (biologia, educação, nacionalismo etc.).

Os institutos científicos passam a ser motivo de orgulho de articulistas, médicos, higienistas:

Uma das repartições publicas de S. Paulo que mais lustre e renome têm adquirido para o Estado é sem duvida a que tem a seu cargo os serviços de hygiene [...].

Todos os visitantes illustres que o Estado recebe, sem excepção, levam as melhores impressões da organização dada aos nossos serviços de hygiene, das installações caprichosas de suas diversas secções e da natureza de todos os encargos a ellas attinentes [...]. É que elles tiveram noticias dos serviços inestimaveis prestados por esses estabelecimentos á população e aos creditos de S. Paulo, reconhecido e decantado por isso como a região mais progressista e adeantada do territorio brasileiro (GODINHO, O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/10/1903).

O entusiasmo ufanista do Dr. Godinho está justamente nas instituições científicas da cidade, mas não é só ele. Um promotor, ao comentar a instrução da Brigada Policial, não deixa de notar que:

“todas as nações hão de attingir um dia o gráu de civilisação a que chegaram as nações mais cultas, mais livres e mais esclarecidas do mundo inteiro.

Essa regra, essa norma [...], está a mostrar de sobejo a sua veracidade.

O Brasil, como nação, não se póde furtar a essa regra, e São Paulo, que marcha na vanguarda do progresso do Brasil, em procura da perfectibilidade, do aperfeiçoamento, S. Paulo, que é o centro culto que todos nós conhecemos, onde a instrucção está difundida, onde o commercio, a agricultura, a industria, caminham a passos gigantescos para o aperfeiçoamento, onde a arte a literatura fizeram o ninho de suas aguias, S. Paulo, o berço das gerações grandiosas de notaveis brasileiro que culminaram na vida intellectual, S. Paulo, que extasia os olhos de seus visitantes ante as provas, dia a dia maiores do seu progresso, que o transforma na mais bella e brilhante cosmopolis, S. Paulo precisa dar a esse progresso fulgurante e maravilhoso o equilibrio que provém da ordem, que provém da tranquillidade, que provém da prevenção e repressão ao crime”. Ufa! (*O Estado de São Paulo*, 02/08/1907).

O ufanismo paulista do promotor não deixa de projetar imagens a respeito da cidade que, aos poucos, vai se transformando no espaço privilegiado das ações normatizadoras das instituições públicas, e não é com menos peso que Roberto Simonsen percebe que “*estamos num Estado abençoado, numa porção excepcional da nossa patria*” (*O Estado de São Paulo*, 31/05/1919).

Vemos que as projeções sobre as terras paulistas e, especificamente, sobre a sua capital, instigam práticas. Práticas para um maior controle sobre a sua população, educando-a para as lides industriais, para o progresso, para a modernidade, e, com efeito:

num paiz novo como o nosso, e dadas as condições cosmicas, temos de criar esse espirito, já existente nos velhos paizes pelas tradições e experiencia accumulada de seculos [...]. Temos de estudar a fundo os problemas nacionaes; de vulgarisar com rapidez a educação economica e os ensinamentos da sciencia, como obra indispensavel de patriotismo, para que, no concerto das nações venhamos a occupar a posição que temos direito pela nossa grandeza e pelas aptidões da nossa raça (SIMONSEN, *O Estado de São Paulo*, 31/05/1919).

Preparados dessa forma, os indivíduos estariam preparados para o futuro.

Porém, de que adiantaria todo esse preparo se o campo de aplicação não estivesse em condições? É assim que se volta para o espaço físico da cidade, procurando higienizá-lo, e não se trata apenas de uma política sanitária. Higienizar o espaço urbano significa limpá-lo de tudo aquilo que é indesejável, de eliminar justamente o que contradiz as imagens de progresso e modernidade.

Neste aspecto, um dos elementos fundamentais passa a ser a água. Elemento de limpeza e desinfecção. As discussões a respeito do abastecimento da cidade na passagem do século indicam a preocupação. De onde ela deveria vir, a sua qualidade, a quantidade, os custos, e assim por diante, passam a ser freqüentes. Esse problema só é resolvido de modo satisfatório após o aproveitamento da represa de Guarapiranga já nos anos dez.

Autores de um folheto que discutia o fornecimento de água para a capital, Ataliba Valle e Fonseca Rodrigues, medem a pureza da água pela incidência de tifo segundo uma tabela específica. À parte a questão técnica, a preocupação com a pureza incide sobre as preocupações das doenças. Assim, esse problema não é assunto exclusivo de técnicos, mas

também dos serviços sanitários, tanto que “*a falta de agua assignalada em todos os bairros desta cidade impõe o aumento de seu abastecimento e a engenharia sanitária tem ahí um dos seus mais interessantes problemas*” (VALLE e/ou, *O Estado de São Paulo*, 18/11/1903).

Pereira Barreto toma parte do debate, e acredita que as águas das montanhas são puras, tanto que:

o filtro traz em si a sua propria condemnação: quanto mais perfeito, tanto mais condemnável [...] E, enquanto não cessa de todo o funcionamento, as materias organicas retidas alteram-se e apodrecem infeccionando toda a massa de agua que atravessar a espessura filtrante poluida; o filtro converte-se em um horrivel caldo de cultura (BARRETO, *O ESTADO DE SÃO PAULO*, 09/12/1903).

Além do pitoresco fornecido pela imagem que Pereira Barreto tinha dos filtros em usina de captação, isto é, para ele seriam imensas velas parecidas com os filtros domésticos, o problema da captação e da pureza das águas traz consigo a discussão bacteriológica, as formas de transmissão das doenças, questões da reprodução dos germes etc. E o debate é recente, pois o problema também é fonte de preocupação no momento em Paris, Londres, Nova Iorque, para citar algumas grandes cidades.

No século XIX a cidade é vista como um “tecido patológico” (HAROUEL, 1990: 115), e deve ser purificado. Com as teorias em voga, a atuação é feita a partir de obras de grande envergadura. Entretanto, com as mudanças nas concepções de doenças e de transmissão, dos indivíduos, a atuação passa a ser direta nos próprios indivíduos, daí a importância no fornecimento de água para cada casa. Então, a discussão travada traz consigo estas preocupações: sobre o corpo, sobre os sujeitos, sobre as doenças e sobre formas de controle (do corpo, do indivíduo e, conseqüentemente, das doenças).

Neste aspecto, a discussão sobre o fornecimento de água potável para a população denota as preocupações com a própria cidade, com o seu asseio, com a sua limpeza. E se a água é um dos fatores preponderantes para tanto, cabem ainda ações efetivas para purificar o ambiente urbano. Porém, estas ações ultrapassam as atribuições do Serviço Sanitário.

O problema da limpeza não diz respeito somente à água, e poderíamos afirmar que, muito pelo contrário, ela é uma decorrência: *“agua pura abundante e extinção completa de todas dejectões urbanas, constituindo a perfeição do aceio, são e hão de ser sempre os dous termos bazicos do grande problema de saneamento geral de qualquer centro populoso”* (ARRUDA, *O Estado de São Paulo*, 13/03/1890).

Ela é decorrência de uma limpeza que envolve o próprio espaço urbano. É assim que:

nas noites de sabbado e domingo o primeiro delegado de Santa Ephigenia, em dilligencia no seu districto, multou vinte e uma pessoas que se entretinham com jogo de cartas em diversos armazens [...]. Os jogadores foram multados de accôrdo com as posturas municipaes, sendos os respectivos autos de multas remettido á camara municipal (*O Estado de São Paulo*, 07/05/1907).

As preocupações do médico vão encontrar respaldo na ação policial. A cidade que era inserida no processo de industrialização, se via de frente com os “refugos” produzidos por este processo:

seguiram hontem para Santos, com destino á colonia correccional, na Ilha dos Porcos, os dezesete individuos ultimamente condemnados, por não terem occupação. [...]. Na delegacia de policia de Santa Ephigenia serão hoje iniciados os processos contra os desoccupados Santo P., Mario de C. e Antonio T., afim de serem condenados a assignar termo de tomar occupação, e contra Pedro P. M., desoccupado reincidente, para ser internado na colonia correccional (*O Estado de São Paulo*, 31/07/1907).

O problema da limpeza urbana passa a fazer parte das preocupações da elite: sujeiras indesejáveis, indivíduos indesejáveis etc. Enfim, cidade limpa, sem contaminações de qualquer ordem. Livre de impurezas, a *urbis* pode assumir o seu papel na ordem industrial, ou melhor, ser talhada por esta ordem. Nesse sentido, a preocupação com a limpeza ultrapassa o problema higiênico, *“é como se a burguesia já não tivesse de assinalar forças imediatamente perceptíveis, mas tivesse de escavar recursos amplamente interiorizados. Reforçar um trabalho sobre si mesmo. Afirmar poderes secretos”* (VIGARELLO, 1996: 235).

A cidade se higieniza e os corpos devem ser higienizados. A cidade torna-se uma emulação dos discursos que a compõem, que a profetizam: progresso e modernidade anunciam os novos indivíduos. Formas de controle são aprimoradas, e uma imagem fica projetada como fundo às práticas cotidianas: a operosidade do paulistano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICANO, J. *São Paulo Naquele Tempo*. São Paulo: Saraiva, 1957
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- HARUEL, J.-L. *História do urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990.
- LIMA, S. F. e/ou. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. In *Anais do Museu Paulista*, nº 1. São Paulo: Museu Paulista, 1993.
- MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- NEEDELL, J. D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SALES, A. *A pátria paulista*. Brasília: Editora UnB, 1983.
- VIGARELLO, G. *O Limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- TOLEDO, B. L. de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983..

Data de Recebimento: 18/05/2010

Data de Aprovação: 15/06/2010

Para citar essa obra:

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. A enunciação da cidade: práticas discursivas sobre a São Paulo do início do século XX. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 1 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo
13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>